



Proc. Administrativo 4- 4.244/2025

De: Regiane G. - SEMERT-JSM

Para: SEADM-SC-Adminis - Administrativo Compras - Geral - A/C Camila S.

Data: 22/05/2025 às 09:56:04

Setores (CC):

SEMERT-SEC, SEMERT-COORD, SEADM-SC-Adminis

Setores envolvidos:

SEMERT, SEMERT-JSM, SEFIN-DC-NGC, SEMERT-SEC, SEMERT-COORD, SEADM-SC-CC, SEADM-SC-Adminis

REQUISIÇÃO Nº 029/25 INSTALAÇÃO SALA DO DETRAN

Bom dia,

Segue anexo Autorização/Justificativa de Dispensa de Licitação pós compra.

Sem mais,

Atenciosamente

—

Regiane de Cassia de Alencar Godoy

Chefe do núcleo da junta do serviço militar

Anexos:

CONTRATACAO_SEM_DISPUTA_POS_COMPRA_P_A_4244.pdf



AUTORIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTO LEGAL
(INCISO II DA LEI 14.133/21)

REQUISIÇÃO Nº	1437/2025
PROCESSO GOVBR Nº	99352/25
SECRETARIA DE	SECRETARIA DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO
FORNECEDOR(razão social)	VIACONNECT TELECOMUNICAÇÕES COMERCIAL LTDA EPP
CNPJ/MF Nº	08.010.082/0001-67
PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº	4365-25
EMPENHO Nº	5689-25
OBJETO RESUMIDO:	Necessária a contratação desse serviço para a instalação da Unidade do Detran de Leme que passou a fazer parte este ano de 2025.
VALOR GLOBAL	R\$ 6.651,84

1.1. **I - DA NECESSIDADE DO OBJETO:** Necessária a contratação desse serviço para a instalação da Unidade do Detran de Leme que passou a fazer parte este ano de 2025 da nossa Secretaria e temos que adequar o local conforme normas do contrato firmado com o mesmo. Desta forma, a empresa acima citada tem serviço adequado para nossa necessidade, atendendo as normas estabelecidas e respeitando as diretrizes.

II- DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Em 01 de abril de 2021, entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos. Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as



licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis, a lei previu exceções a regra, como a Dispensa e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de contratação realizada sob obediência ao estabelecido no artigo 72, Lei 14.133/2021;

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No nosso caso em questão, a contratação ora AUTORIZADA, tem base jurídica no inciso (II) do artigo 75 da Lei nº 14133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

- II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Valor atual R\$ 62.752,59) ([Vide Decreto nº 12.343, de 30/12/2024](#)) .

III - DA RAZÃO DA NÃO REALIZAÇÃO DE DISPUTA ELETRÔNICA PREVISTA NO DECRETO MUNICIPAL 8.059/23 (§5º, do Art. 3º, do Decreto Municipal 8.059/23)

A necessidade da execução do objeto é premente, não podendo assim ser objeto de disputa eletrônica nos termos do Decreto Municipal 8.059/23, tendo em vista que temos pouco tempo para se adequar ao padrão do Detran pois a inauguração da sala será 01/06/25 e também não temos Ata em aberto para este tipo de produto.

As hipóteses apresentadas para o procedimento de dispensa de licitação, incluem o fato que não tem Ata em aberto para este tipo de serviço. E se faz necessária a urgência da colocação para a visibilidade do motorista que dirige o veículo acima citado.

IV - BEM DE LUXO



O objeto é de qualidade comum e não se enquadra em “bem de luxo”, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal 8.050/23.

V - DO FRACIONAMENTO DA DESPESA

Na presente contratação fora observado o previsto nos §§ 1º a 4º do art. 3º, do Decreto Municipal 8.059/23.

VI - DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência foi elaborado em atendimento ao Decreto Municipal nº 8.060/23 .

VII - DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor/executante atrela-se tanto à justificativa de preço, quanto à sua habilitação e qualificação, além da caracterização e comprovação da situação fática que autoriza a dispensa. Em análise aos presentes autos, observa-se que os preços apresentados pela empresa estão compatíveis com os praticados no mercado, obedecendo ao Termo de referência. A prestação de serviços disponibilizados pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha influenciar na escolha, ficando esta, vinculada a verificação da habilitação e de critérios do menor preço.

Além disso, a escolha do Fornecedor se deu principalmente, devido a:

- 1- A empresa tem disponibilidade de executar o serviço de imediato;
- 2- Trabalha com material de qualidade;
- 3- Atende as necessidades exigida pelo Inmetro;

VIII -DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi realizada nos termos do Decreto Municipal 8.057/23. Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado devido a natureza do Objeto. O(s) preço(s) mais vantajoso(s) foi(ram) ofertado(s) pela(s) contratada(s) e está(ão) descrito(s) na planilha anexa. Comparativamente, demonstra-se que a contratação está dentro dos valores de mercado.



IX - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administração para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

Diante disso deixo consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme apurado no procedimento.

X - DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

Os recursos para custear as despesas estão previstos no Orçamento de 2024 da Prefeitura de Leme, consignados na(s) dotação(ões) nº(s) 7279-339030260000-MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO -GERAL MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EMPREGO.

Ante o exposto, nos termos do parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21, TORNO PÚBLICA A PRESENTE AUTORIZAÇÃO, mediante divulgação no site oficial do Município de Leme - Portal da Transparência, em arquivo anexo ao pedido.

Leme, 22 de Maio de 2025.

EVANILDO DOS SANTOS BRITO
SECRETÁRIO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7240-08A6-DA06-8C2C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



REGIANE DE CASSIA DE ALENCAR GODOY (CPF 090.XXX.XXX-04) em 22/05/2025 09:56:32

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EVANILDO DOS SANTOS BRITO (CPF 195.XXX.XXX-50) em 22/05/2025 16:05:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/7240-08A6-DA06-8C2C>